

# **O DISCURSO DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL (PMEI) DO RECIFE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Sarah Porto P B Pereira, PPGECI (UFRPE/FUNDAJ), sarah.portop@gmail.com

Cibele M L Rodrigues, PPGECI (UFRPE/FUNDAJ), cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

## *Introdução*

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um recorte de uma pesquisa sobre o Programa Municipal de Educação Integral (PMEI) do Recife para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir do referencial de Ball (2001).

Para a pesquisa em tela realizamos entrevistas semi-estruturadas com a equipe da secretaria e nas quatro Escolas Municipais de Tempo Integral de Anos Iniciais. No ano de 2023, foram entrevistadas: 2 técnicas da secretaria de educação que se relacionam diretamente com a política municipal e 4 gestoras das escolas em tempo integral de anos iniciais do município. Realizamos também análise dos documentos existentes, quais sejam, a Portaria n° 2103 de 27 de dezembro de 2019; e, a Matriz Curricular de Referência Ensino Fundamental - anos iniciais - Escolas em Tempo Integral. Para análise dos dados utilizamos a Análise Textual Discursiva - ATD (Moraes & Galiazzi, 2006).

A proposta de educação em tempo integral no Recife teve início em 2002, na gestão de João Paulo (2001-2004), do Partido dos Trabalhadores, justamente com escolas de anos iniciais (Medeiros, 2016; Melo, 2017). Entretanto, na gestão de Geraldo Júlio (2013-2016), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi instituído o referido programa (PMEI) (Portaria n° 2103/2019) que passou a ter como discurso central “a busca de melhorias de resultados do Ideb” (2013) (Medeiros, 2016). Dessa forma, há um “alinhamento” com a concepção da chamada “Nova Gestão Pública” (Oliveira, 2015; Ball, 2001), implantada na rede de ensino do estado de Pernambuco pelo mesmo partido (PSB). Estudo realizado por Elizabeth Medeiros (2016) apontou que o PMEI do município se pautou na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) que também está atravessada pelo discurso da Nova Gestão Pública, aprovada sem participação social, mas com influência do setor empresarial (Vitoretta, 2022).

## *Contexto da Rede de ensino de anos iniciais no ensino fundamental do Recife*

Atualmente, o município do Recife conta com quatro Escolas em Tempo Integral (EMTIs) de anos iniciais que compõem o PMEI. Essas quatro escolas possuem 34 turmas (1º ao 5º ano), contando com 34 docentes, pois há uma correspondência de 1 docente para cada turma, atendendo a 705 estudantes. Essas quatro EMTIs estão dentro do total de 204 escolas regulares de anos iniciais do município, e representam 1,96%. Esse percentual é irrisório e demonstra, em certa medida, que ainda não está consolidado como discurso para os Anos Iniciais, e, por outro lado, a Prefeitura tem dado prioridade aos Anos Finais. Como anunciado em 2024, a ampliação de 15 para 21 escolas de tempo integral, segundo a Prefeitura, representa 50% das unidades dessa etapa de ensino, ofertando mais de 1 mil novas vagas para a comunidade escolar e 60% dos alunos estudando em educação integral (Recife, 2024).

A partir das entrevistas na secretaria, identificamos que as EMTIs são acompanhadas pelo Núcleo das Escolas Municipais de Tempo Integral Anos Iniciais, que fica lotado dentro Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica. O Núcleo possui quatro técnicas que realizam o acompanhamento das EMTIs, cada técnica acompanha uma escola, e desenvolvem atividades como: revisão das ementas, visita às escolas, acompanhamento das formações, entre outras atividades relacionadas exclusivamente às EMTIs.

#### *A Proposta Curricular em Recife para os anos iniciais do ensino fundamental*

De acordo com os documentos analisados é possível identificar a presença de discursos dominantes que têm como centralidade a busca por “resultados de aprendizagem e a excelência em gestão”, com preocupação da imagem pública e controle (Ball, 2001). E a BNCC é tida como referência para a proposta curricular. Também é expresso no documento “educação de excelência”, “definição de indicadores e metas a serem alcançados”, “monitoradas periodicamente, visando a melhoria do processo de gestão pedagógica e administrativa”, o uso e reforço desses termos é presente durante o documento, que acabam se tornando vontades de verdade (Foucault, 1996).

A partir das entrevistas identificamos que as escolas participam de três avaliações externas, tendo sido criado um Sistema Avaliação Municipal em 2022. As tecnologias de poder instituídas pelas avaliações atuam na subjetividade das gestoras que apontaram que as escolas se mobilizam para atender aos resultados. Elas apontam diversas estratégias utilizadas para “motivar” a participação em tais provas. Por outro lado, as gestoras também sentem falta de um currículo que tenha sua base em uma formação integral, no sentido defendido por Arroyo (2012) e Moll (2012).

Na Matriz Curricular de Referência das escolas em tempo integral, há uma divisão de atividades, no turno considerado “regular” são trabalhados os componentes de: Língua Portuguesa; Arte; Educação Física; Matemática; Ciências; História e Geografia. No contraturno são desenvolvidas as chamadas “Atividades Complementares”. Entretanto, no currículo há uma ênfase na oferta de português e matemática, como foi apontado por uma das técnicas.

Nesse sentido, a ênfase na oferta maior desses componentes do currículo comum, se associam a criação de mecanismos e tecnologias de aferição de resultados, como o já citado anteriormente Ideb, que pautou a criação do Programa. Essa organização curricular segue os princípios da NGP no qual a avaliação ganhou um papel central que se apoia no discurso de garantia de educação de qualidade, por isso, instrumentos de aferição e medição de resultados têm alcançado uma grande dimensão no papel que o Estado impõe sobre as políticas educacionais, mesmo havendo resistências (Rodrigues, Almeida, Simões, 2022). A NGP torna a educação um mercado, para obtenção de resultados, pautado por um discurso de suposta melhoria da educação para tornar os sujeitos eficientes para o capitalismo (Ball, 2001).

### *Considerações finais*

Por fim, é possível pontuar que o atual currículo, posto pela gestão municipal, do PMEI para os anos iniciais do ensino fundamental não se apresenta como um currículo integrado, como aponta Davini (1983), porque há cisão entre o “regular” e as “atividades complementares”. Dessa forma, segundo o depoimento das gestoras, conseguem fazer um planejamento integrado, mas não na perspectiva da formação integral. Esse aspecto poderia ser vivenciado tendo em vista que as professoras permanecem na escola também em tempo integral. Isso ocorre porque há uma adesão total aos discursos na NGP (Verger e Normand, 2015; Oliveira, 2015), nos documentos da política e nas falas das entrevistadas.

### *Referências*

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF. MEC: 2017.

DAVINI, Maria Cristina. Currículo integrado. *CADRHU* - Texto Apoio, Brasília, p. 281-289, 1983. Disponível em: <[http://lagarto.ufs.br/uploads/content\\_attach/path/11340/curriculo\\_integrado\\_0.pdf](http://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11340/curriculo_integrado_0.pdf)>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MEDEIROS, Elizabeth Oliveira de. *A implementação do programa de educação integral da rede municipal de ensino do Recife: êxitos e desafios*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG, 2016.

MELO, Noélia Carolina Silva de. *Fundamentos e concepções do projeto intermunicipal de escola de tempo integral: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades). Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco. Recife - PE, 2017.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015.

RECIFE. Prefeitura do Recife. Portaria N° 2103 de 27 de dezembro de 2019. *Lex*: Dispõe sobre o funcionamento das Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral - Anos Iniciais e dá outras providências. Diário Oficial. ANO XLVIII n° 154. Recife/PE, 2019.

RECIFE. Prefeitura do Recife anuncia expansão de escolas de Tempo Integral. *Prefeitura do Recife*, 2024. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/22/02/2024/prefeitura-do-recife-anuncia-expansao-de-escolas-em-tempo-integral>. Acesso em: 24 jan. 2025.

RODRIGUES, C. M. L.; ALMEIDA, K. W. C. de; SIMÕES, P. M. U. Disputes around assessments in early childhood education in Brazil. *Education Policy Analysis Archives*, [S. l.], v. 30, p. (134), 2022. DOI: 10.14507/epaa.30.6456. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6456>. Acesso em: 24 jan. 2025.

VERGER, Antoni; NORMAND, Romuald. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n°. 132, p. 599-622, jul.-set., 2015.

VITORETTI, Guilherme Bernardo. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): uma visão crítica de sua formulação*. Guilherme Bernardo Vitoretti [et. al.]. – Franca: UNESP-FCHS-Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, 2022.